

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF
ATA 61ª DA REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 15/04/2014

Pauta:

- 08:15 1.0** Credenciamento.
08:30 2.0 Abertura- Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
2.1 Aprovação da pauta.
08:50 3.0 Aprovação das atas nº 59 e 60
08:55 4.0 Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater - Bittencourt
09:00 5.0 Informes da Câmara Técnica de Desenvolvimento Territorial
09:10 6.0 Apresentação do Sistema de Gestão Fundiária (Incra)
09:40 7.0 Apresentação e discussão da proposta de Regulamentação da Lei Estadual de Ater(Emater)
11:10 8.0 Situação dos pagamentos do PAA pela Conab e SETP
11:30 9.0 Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do Cedraf
11:45 10.0 Assuntos Gerais
12:15 11.0 Encerramento

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e quatorze, realizou-se a sexagésima primeira reunião do Cedraf, nas dependências do Instituto Emater no município de Curitiba - Paraná Estiveram presentes vinte conselheiros titulares e oito suplentes no exercício da titularidade, totalizando vinte e oito, atingindo o quorum para deliberação e mais dois conselheiros na condição de suplentes e dez convidados. Conselheiros presentes: Norberto Anacleto Ortigara SEAB; Natalino Avance de Souza EMATER; Reni Denardi MDA/DFDA; Antônio Maciel B. Machado EMBRAPA; Adelar a Motter IAPAR; José Israel de Souza SICREDI; Vanderlei Ziger CRESOL, Nilton Agner Junior REDE ECOVIDA; Cláudia Sonda SEMA; Nestor Bragagnolo SEPL; Olcimar da Rosa CCA; Ailton Santos da Silva SFA/MAPA; Juarez S da Costa FEPAR; Luiz Marcelo Padilha SEBRAE; Adriana Thomé SEED; Leonidas T Kaminski CONAB; Paulo Roberto Sanitá REDE COLEGIADO DOS TERRITORIAIS; José Carlos Castilho FETAEP; Denilson Pasin DESER; Robson Mafioletti OCEPAR; José Luiz Schwab ARCAFAR SUL; Nilton Bezerra Guedes INCRA; Antônio dos Santos Vaz Filho APPA; Adriana Cristina Tussi CÂMARA SETORIAL DE MULHERES; Luiz Antonio Possamai UNICAFES; Alexandre Leal dos Santos CÂMARA SETORIAL DA JUVENTUDE RURAL; Valéria Nitsche SETS e Luiz Vanderlei Kawa AMP compareceram também na condição de suplentes Sandra Cristina Lins dos Santos SEPL e Miriam Fuckner EMATER: Faltas justificadas: SETI **Faltas sem justificativas:** ALP; FAEP; CEAGRO; QUILOMBOLAS; FEDERAÇÃO PESCADORES; FETRAF SUL; REDE PUXIRÃO e CÂMARA DE AGROECOLOGIA . Compôs a mesa o Secretário e Presidente do Cedraf Norberto Ortigara o Diretor Presidente do Instituto Emater Rubens Ernesto Niederheitmann e o Secretário Executivo do Conselho Eng. Agrº Carlos Roberto Bittencourt. **2.1 Aprovação da pauta**, Ortigara apresentou a pauta que foi aprovada pelo plenário do Conselho. **3.0 Aprovação das atas nº. 59 e 60** já enviadas anteriormente por e.mail, colocado em discussão, Maciel solicitou que alterasse a palavra agroecologia por biotecnologia na sua fala no item 10 sobre o Ano Internacional da Agricultura Familiar na ata 60ª, acatada a alteração, as duas atas foram aprovadas por unanimidade. **4.0 Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater** Bittencourt informou que foi credenciada a empresa Planssip,de Bandeirantes PR que tem interesse nas chamadas públicas do MDA para pesca, não tendo outros credenciamentos. **5.0 Informes da Câmara Técnica de Desenvolvimento Territorial** Jefferson Eng. Agr. da Seab informou que houveram três reuniões de três horas cada uma da Câmara Técnica de Desenvolvimento Territorial desde sua formação. Foi definido que o coordenador seria o Castilho da Fetaeo e na Secretaria Bittencourt e Jefferson da Seab, informou que há três solicitações de reconhecimento de territórios pelo Cedraf, que são Litoral, Pró Amusep e Suruquá no Noroeste e solicitação para que o município de Palmeira seja incluído no território Centro Sul, falou também que um dos trabalhos da Câmara Técnica é a elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento Territorial, baseado nas Conferências de Ater e da 3ª CEDRSS e posteriormente encaminhado ao

Cedraf para discussão e aprovação. Disse que a Câmara elaborou um documento ainda em fase preliminar das condições para reconhecimento pelo Cedraf de iniciativas territoriais, como a conceitualização de territórios e pontos importantes para definição dos mesmos, como: histórico; visão de desenvolvimento; organização e identidade, salientou das diferenças do reconhecimento do Cedraf para Território de Identidade que deve ser encaminhado ao MDA para ser incluso no programa do PRONAT, que possuem exigências definidas pelo MDA, e o reconhecimento do Cedraf como território. Comentou que foi definido um cronograma de trabalho para a Câmara Técnica e que será encaminhado ao conselheiros do Cedraf uma proposta contemplando todos os critérios para sugestões e que será aprovado na próxima reunião do Cedraf do dia 24 de junho, participaram das reuniões da Câmara Miriam e Guarienti do Emater, Jefferson da Seab, Sandra da SEPL, Castilho e Marcos da Fetaep, Reni do MDA, Claudia Sonda da Sema e Bittencourt da Seab/Cedraf. Norberto agradeceu o trabalho desenvolvido pelos componentes da Câmara Técnica.

6.0 Apresentação do Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF - Nilton Bezerra Guedes Conselheiro do Cedraf e Superintendente do Incra no Paraná, agradeceu a oportunidade de apresentar o novo sistema de gestão fundiária, que foi desenvolvido pelo MDA/Incra para a gestão de informações fundiárias e que através dele são efetuadas a recepção, validação, organização, regularização e disponibilização das informações georreferenciadas dos limites de imóveis rurais, este sistema é todo automatizado com trâmite processual todo informatizado com acesso pela internet e que está revolucionando o processo de certificação, antes levava de seis meses a um ano e meio, hoje leva menos de dez minutos e garante a transparência e impessoalidade. Anteriormente eram obrigados a fazer esta certificação as propriedades com mais de 500 há e agora foi reduzida para 250 ha, aumentando o número de propriedades e o trabalho do Incra. Fazendo o georreferenciamento nas grandes e médias propriedades inicialmente facilitará posteriormente nas pequenas propriedades e com um custo operacional bem menor. Ortigara Presidente do Cedraf perguntou sobre como seria a ligação com o CAR – Cadastro Ambiental Rural e Nilton Guedes respondeu que o SIGEF trabalha no perímetro das propriedades e o CAR na área interna da mesma, o que foi confirmado pela Conselheira Cláudia Sonda e que trabalha com o CAR pelo IAP, e disse que já há um dialogo entre SIGEF e CAR, e que as informações são públicas e elogiou o trabalho do Incra. Norberto Ortigara comentou do elevado número de propriedades no Paraná sem certificação e que inibe os agricultores a ter acesso aos recursos do Pronaf e de outros programas e parabenizou o Superintendente do Incra pela apresentação e pelo avanço e rapidez nos novos processos de certificação das propriedades rurais. **(apresentação em anexo)**

7.0 Apresentação e discussão da proposta de Regulamentação da Lei Estadual de Ater Foi chamado o Eng. Agrº Zanini do Instituto Emater para fazer a contextualização da Lei Estadual de Ater, que foi aprovada em dezembro de 2012, faltando ainda o Decreto regulamentando a lei, falou que o processo de elaboração da Lei de Ater foi bem participativo com várias reuniões no Cedraf, consultas públicas, reuniões com entidades de ater e de outras entidades em geral em 289 municípios do estado, envolvendo mais de 900 participantes. Foi nomeado pelo Secretário de Agricultura e do Abastecimento um grupo composto por três técnicos do Emater para elaborar uma proposta de regulamentação, que deve seguir a lei e constará como será a operacionalização da mesma. A proposta está no jurídico da Seab para parecer final, Norberto elogiou a forma como foi elaborada a Lei de Ater e a proposta de regulamentação. **(apresentação em anexo)**

Aberta a palavra aos conselheiros, Possamai disse que a Unicafe se sentia contemplada com a proposta apresentada e perguntou como funcionaria o Fundo (Feap) e como poderia repassar recursos para a Ater, Foi informado que este fundo existe desde 1950, antes mesmo da criação da Emater, e que em 1999 foi retirado do arquivo e do governo pelo Norberto ortigara e voltou para a Seab com o objetivo de indenizar pecuaristas que tenham seus animais abatidos por doenças além de outros programas. Foi assinada uma Resolução pelo Secretário Ortigara alterando o Feap, agora a Adapar e Emater também participam do Conselho do fundo. Podendo também receber dotações financeiras de outros órgãos e da iniciativa privada, além de recursos do próprio orçamento do estado. Ailton do SFA disse que leu a proposta de regulamentação e não viu nenhuma contradição com a Lei de Ater e disse que está bem consistente. Nestor respondeu que conforme a rubrica do empréstimo do Bird poderá ser utilizado em Ater. Natalino disse que foram feitos alguns ajustes no Fundo para contemplar este novo papel do Emater, que além de executar a ater poderá também fazer convênios com entidades não governamentais de ater. Vanderlei conselheiro pela Cresol perguntou como as entidades não governamentais de ater poderiam ter acesso aos recursos e Nilton Guedes do Incra falou da satisfação

de estar discutindo a regulamentação da lei, mostrando que as políticas públicas vão se consolidando, levando a ater para a agricultura familiar e destacou que a Emater foi fundamental na consolidação dos assentamentos da reforma agrária, junto com mais seis empresas de ater atingindo 150 técnicos exclusivos dentro dos assentamentos. Ortigara respondeu que a partir do artigo 13 esta demonstrado como serão os convênios ou chamadas públicas para a ater pelo estado do Paraná, que poderá ser com prefeituras, empresas de planejamento, cooperativas, e outras organizações não governamentais. Elsidio da Adeop comentou que com a centralização da gestão de ater pela Emater poderá ser evitado de duas ou mais entidades estarem prestando assistência técnica a mesma família enquanto outras não estão recebendo. Possamai da Unicafes acha que todos que recebem recursos do Pronaf deveriam ter acompanhamento técnico seja para investimento ou custeio. Robson da Ocepar elogiou o governo do estado pela aprovação da Lei Estadual de Ater e pergunta como as cooperativas de trabalho poderiam participar mais efetivamente da ater e chamadas públicas estaduais e também as cooperativas maiores como a Coopagril que é credenciada como prestadora de serviços de ater, Zanini respondeu que estes pontos estão a partir do artigo 15 e que cooperativas que possuam departamento técnico poderão se credenciar para atender seu público. Norberto Ortigara disse que quando o governo do estado desonerou os municípios a pagarem os convênios de ater a Emater, era para que os municípios tivessem também seus próprios técnicos contribuindo com a Emater na execução de assistência técnica e extensão rural nas comunidades dos seus municípios. Deve ser estruturado o Cedraf para desempenhar as funções inerentes ao que consta na Lei e no Decreto de Regulamentação quando assinado pelo Governador. O Secretário agradeceu o trabalho da equipe que está fazendo a proposta de regulamentação.

8.0 Situação dos pagamentos do PAA pela Conab e SETP – Possamai perguntou a Conab e SETS como estava as operações do PAA no estado, Valéria conselheira da SETS e coordenadora do programa, falou que no dia 02 de Abril foi aberto o orçamento do estado e que estão fazendo os pagamentos, mas que algumas entidades estão com problemas de cadastro e precisam ser regularizados para voltarem a operar, a SETS está capacitando as pessoas que atuam no programa, pois está sendo alterado o modelo de gestão do programa, hoje o convênio estipula uma participação de 80% do Governo Federal e 20% do Governo Estadual, a partir do segundo semestre muda de convênio para “adesão” e o MDS faria o pagamento diretamente **para a conta do agricultor, a prefeitura passará a ser a proponente e não mais as Entidades**, sendo o trabalho de forma mista e com a participação do estado, não teria entidades proponentes, ainda não foi fechado o acordo entre o governo estadual e federal o que deverá ocorrer até o final de abril. Kaminski da Conab fez um resumo de como estão os projetos de PAA na Conab, disse que foram feitas fiscalização em 109 projetos, destes , 51 estavam irregulares, 21 com não conformidade, 07 com recomendação e 21 estavam regulares, estes já foram pagos e os 89 com problemas a fiscalização emitiu relatórios e posteriormente as entidades foram notificadas a se justificarem, após isto são analisadas por três instâncias da Conab e a seguir vai a Brasília que pode ou não ratificar a posição da Conab no Paraná, faltam somente 13 projetos a serem encaminhados a Brasília o que deverá ocorrer nos próximos dias. Há três funcionários da Conab de fora do estado auxiliando nos trabalhos daqui, pois os funcionários que trabalhavam no setor foram transferidos para outros setores da Companhia. Os novos projetos estão chegando já com nova metodologia, as responsabilidades são divididas com as prefeituras e com as entidades. Vanderlei perguntou como são feitas as análises pela Conab em Curitiba, Kaminski respondeu e falou que a maioria dos 51 projetos irregulares são sanáveis de acordo com as justificativas, só vai para a esfera judicial caso não haja forma de resolver ou tenham irregularidades graves e foram pouquíssimos casos assim que irão para o Ministério Público e ou Policia Federal. Várias entidades assistências, banco de alimentos, cozinhas comunitárias, prefeituras entre outras estão contempladas pela Resolução nº 62 de 24/10/13 do grupo gestor do PAA. Possamai disse que o programa está morrendo, que são poucos os agricultores que estão querendo continuar com o programa, o que foi contestado pelos representantes da Conab e da SETS que falaram que o programa não parou e estão chegando novos projetos. Possamai retomou dizendo que o PAA fez a diferença nos últimos anos, facilitando o acesso a renda o que não tinham antes e que vão defender o programa com movimentos no campo e na cidade, mas que deve ser menos burocrático e disse que a falta de recebimento pelos produtos entregues em setembro de 2013 levam os agricultores a pensar que a culpa é das cooperativas e associações dos agricultores familiares. Vários conselheiros se posicionaram defendendo o PAA e o PNAE, Ailton do SFA/MAPA defendeu os servidores públicos, disse que as assinaturas que colocam nos pareceres ou relatórios,

deixam eles como responsáveis inclusive por mais de dez anos e sem ajuda jurídica do estado. Os funcionários que foram afastados e que retornaram, muitos deles estão em tratamento psicológico pelo jeito que ocorreu os fatos, mesmo não praticando nenhuma irregularidade. Reni Denardi do MDA disse claro que houve prejuízos no estado com a operação no ano passado, mas que foram feitos os ajustes e o programa volta em outro patamar, e os agricultores devem procurar outros mercados institucionais e melhorar sua logística, também testemunhou o esforço da Conab no Paraná para acertar os problemas e viabilizar o programa e até ampliar, mas para isto todas as entidades envolvidas devem melhorar a gestão e o controle social, e falou que o MDA e o MDS estão empenhados para que isto ocorra. Norberto agradeceu a contribuição de todos os conselheiros no debate sobre o assunto. **9.0 Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do Cedraf** Ortigara iniciou falando que estão sendo executados as primeiras 19 microbacias, com recursos assegurados e conveniados com as prefeituras, que deverá chegar a uma microbacia por município, e também começam os trabalhos com recursos do Pró Rural nas regiões do estado com menores IDH, com equipamentos para readequação e recuperação de estradas rurais. Em relação a cultura do café, os preços estão se recuperando, a Seab está atuando em duas frentes, a primeira com redes de referência para difundir novas tecnologias principalmente em relação a colheita mecânica e apoiando com a distribuição de três milhões de mudas de café com recursos não reembolsáveis nas áreas definidas no zoneamento agrícola do estado. Também está liberando recursos para a cadeia do leite, no sudoeste, região do arenito, norte pioneiro e na área abrangida pela Amocentro. Estão chegando as solicitações de indenização para os produtores que tiveram seus animais abatidos em função da tuberculose e brucelose. Está em fase final a recontração das usinas beneficiadores de leite para o programa Leite para as Crianças. No Instituto Emater está sendo resolvido o problema de enquadramento salarial de uma faixa de funcionários, como dos funcionários que eram da Seab/Defis e foram para a Adapar e do Plano de Carreiras do Iapar, melhorando a faixa inicial de salário e no final da tabela. Disse que até o final do ano deverá chegar até 3.000 km de estradas rurais readequadas. Sobre o Ano Internacional da Agricultura Familiar, falou que fez uma reunião com diretores da Seab, Reni Denardi do MDA, Bittencourt da Secretaria Executiva do Cedraf e com o Jefferson, onde foram alinhados alguns pontos, dentre eles divulgar o Ano Internacional no site do governo do estado, especialmente da Seab e que em julho deverá ser realizado uma sessão extraordinária do Cedraf na Assembleia Legislativa trazendo um palestrante de renome para falar sobre a importância da agricultura familiar com dados do Brasil e do Paraná e posterior debate com os presentes. Maciel conselheiro pela Embrapa acha importante divulgar a importância da agricultura familiar para o pessoal urbano. Ortigara salientou que a Emater está com um calendário com exposições públicas em várias regiões do estado para mostrar o papel da AF para a sociedade urbana. Possamai comentou que a Unicafe fará atos em defesa das políticas públicas para AF. Norberto Ortigara disse que recebeu um convite da Fetraf Sul para participar da caravana da agricultura familiar e repassou os temas, os dias e as cidades que teriam estes eventos a partir do dia 21 de Abril. Reni Denardi falou que no Portal Eletrônico do MDA tem muitas informações sobre o Ano Internacional da AF, com fotos, áudios, vídeos, calendário de eventos com links para a Fao, e encerrou dizendo que a agricultura familiar nesta última década saiu da invisibilidade para ser protagonista e que o Brasil é referência para a América Latina e para o mundo com seus programas para a AF. **10.0 Assuntos Gerais** 1 - O Presidente do Cedraf disse que a Seab recebeu recursos de uma emenda parlamentar do Deputado Federal Leopoldo Meyer através do Mapa para a região de Umuarama tendo como proponente a Seab, com valor total de R\$ 123.000,00, sendo de R\$ 97.500,00 do Mapa e com contrapartida do governo do estado de R\$ 25.500,00, sendo beneficiado o município de Pérola com a aquisição de um trator agrícola, uma colhedora de forragens uma carreta agrícola e um arado de cinco hastes. Como o prazo foi anterior a reunião do Cedraf ele assinou ad referendum do Conselho e coloca em discussão para a homologação pelo conselho, após esclarecimentos foi aprovado por unanimidade. 2 – Alexandre da Câmara Setorial da Juventude Rural informou que de 07 a 09 de Maio estará acontecendo o 2º Festival da Juventude Rural em Pontal do Paraná promovido pela Fetaep, e que estão sendo realizadas nove plenárias para tirar os representantes da juventude e também preparar para a caminhada nacional no início de 2015. 3 - Roberto Gava representando a Fepam, falou sobre o projeto de lei que está na Assembleia Legislativa sobre alterações os procedimentos nas áreas de mananciais e convidou a todos para participarem da audiência pública que seria realizada no dia 16 de Abril. 4 – Fátima do Iapar convidou todos os conselheiros para participarem do X Congresso Brasileiro

de Sistemas de Produção com o enfoque sistêmico e agricultura familiar na construção do desenvolvimento sustentável que seria realizado de 14 a 17 de Maio em Foz do Iguaçu, participaram pesquisadores, extensionistas que atuam na área. Com promoção da SBSP, Iapar, Itaipú, Emater, UTFPR, Crea, MDA. **11.0 Encerramento** - As 12:00 horas o Presidente do Cedraf Norberto Ortigara encerrou a reunião agradecendo a presença dos conselheiros e convidados e desejou um bom retorno aos presentes de outras cidades. Eu Carlos R Bittencourt Secretário Executivo do Cedraf redigi a presente ata que deverá passar por análise, correção e aprovação dos conselheiros e após será assinada por mim e pelo Presidente do Cedraf.

Carlos Roberto Bittencourt
Secretário Executivo do Cedraf

Norberto Anacleto Ortigara
Presidente do Cedraf